

Usando mix de métodos para avaliar uma trajetória de exclusão no oeste do Paraná¹

Dr. Paulo Roberto Azevedo²

Dr. Silvio Antonio Colognese³

Darcy Ulsafar⁴

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar uma trajetória biográfica típica, a fim de compreender o processo de exclusão social de trabalhadores rurais no contexto regionalizado do oeste paranaense, entre meados da década de 1950 e o ano de 2005. Esta trajetória típica é analisada a partir da combinação de indicadores qualitativos e quantitativos, relativos às transformações verificadas neste contexto. O estudo busca relacionar relatos biográficos com processos estruturais de determinação social, ampliando as possibilidades explicativas das ciências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão; metodologia; Paraná; trajetória.

ABSTRACT: The goal of this paper is to analyze a typical biographical trajectory, trying to understand the process of social exclusion of rural workers in the regionalized context of Oeste do Paraná between the middle of 1950 until 2005. This typical trajectory is analyzed by a combination of qualitative and quantitative indicators relative to the transformations verified in this context. The search combines biographical reports with structural processes of social determination, thus attempting to extend the explication possibilities.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusion; methodology; Paraná; trajectory.

INTRODUÇÃO

O método biográfico apresenta um desenvolvimento descontínuo no âmbito das ciências sociais. A sua origem foi promissora, motivando vários estudos notáveis após a Primeira Guerra Mundial. O primeiro destaque neste sentido foi o estudo de W.I. Thomas e F. Znaniecki, intitulado "The Polish Peasant in Europe and América (1918-1920)". A partir deste marco inicial, a Escola de Chicago se encarregou dos maiores desenvolvimentos nesta área. Influenciados por Robert Park, houve uma significativa produção de estudos nos quais o interacionismo simbólico de George H. Mead era uma referência (FONTES 2007, p. 2). Isto por que, nesta perspectiva, as representações do indivíduo são a estratégia para a compreensão do grupo social em que o mesmo se desloca.

Contudo, este início promissor teve uma desaceleração a partir de meados dos anos 1930, motivada pela expansão dos métodos quantitativos nas ciências sociais. Sob a influência do positivismo instrumental na sociologia norte-americana, houve uma contestação sistemática aos pressupostos investigativos dos defensores do método biográfico (MARRE, 1991). Mas os desencantos com as teorias sociológicas de inspiração positivista e funcionalista não tardaram a se manifestar. As críticas ao reducionismo dos métodos quantitativos aumentaram a partir de meados dos anos 1950, dando margem para a reavaliação dos métodos qualitativos de pesquisa nas ciências sociais. Um marco para esta nova ruptura e a retomada do método biográfico, foi a obra de Ervin Goffman, "The Presentation of Self in Everyday Life" (1956).

Inicialmente esta retomada foi lenta, sendo que o 9º Congresso Mundial de Sociologia (1978) representa a consolidação da importância do método biográfico nas ciências sociais. Nele foram apresentadas mais de duas dezenas de trabalhos elaborados a partir de histórias de vida (FONTES, 2007). Na sequência imediata, durante os anos 1980, assiste-se a consagração dos métodos biográficos, notadamente na compreensão dos professores e o seu processo de formação. Esta consolidação levou a fundação da "L'Association Internationale des Histories de Vie em Formation" (ASIHVIF), em 1990. É neste momento de consolidação que a história de vida se afirma definitivamente como um método biográfico (MARRE, 1991).

Neste artigo, o uso de uma história de vida fundamenta-se na idéia de que a análise de uma trajetória biográfica típica se justifica a partir do entendimento de que as ações e processos individuais são como reflexos ou homologias de um dado grupo social (FONTES, 2007). A biografia do indivíduo seria assim portadora de um sentido que o ultrapassa. Por isso, analisar uma trajetória biográfica típica é revelar processos sociais vivenciados por um grupo em um contexto social. A biografia é assim uma expressão singular através da qual se pode ler o contexto

social de grupos restritos de pertença, como os grupos de trabalho, de vizinhança e de parentelas (FERRAROTTI, 1988).

É neste sentido que Marre (1991) defende que o método biográfico pode colocar a Sociologia em contato “com uma face quase desconhecida da experiência humana: a de captar como, na trajetória histórico estrutural e social de um determinado grupo, os indivíduos lutam, vivem, sofrem, pensam e se tornam partes constitutivas e operantes de uma história humana e da sua estruturação sociológica” (MARRE, 1991, p. 90). É isto que pretendemos demonstrar através da análise da trajetória biográfica de um sujeito singular, em seu processo de exclusão social desde a condição de trabalhador rural até a de catador de papel.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A consolidação do método biográfico não significou, em nenhuma hipótese, a solução das divergências e dos problemas sobre a validade científica deste procedimento metodológico. Assim persiste, por exemplo, o desafio epistemológico de justificar a validade científica do método biográfico na análise da realidade social. E nesta direção, um dos problemas é responder como realizar a passagem para a análise social a partir de um relato único, calcado na subjetividade de um indivíduo. Trata-se do desafio “relativo ao valor de uso dos conhecimentos produzidos e às normas de legitimação de um saber científico” (JOSSO, 1999, p. 4).

Uma das direções em que esta resposta vem sendo desenvolvida é a do uso do método biográfico combinado com a análise de trajetórias sociais. E nesta direção, o desafio consiste precisamente em combinar a narrativa biográfica de um sujeito, com a sua respectiva trajetória objetiva e subjetiva num contexto de relações. A trajetória objetiva é entendida como a sucessão de posições num ou mais campos da prática social. Já a trajetória subjetiva define-se como uma biografia pessoal cujo relato atualiza visões de si e do mundo (DUBAR, 1998). Considera-se assim a trajetória social como a resultante desta combinação entre trajetória objetiva e subjetiva. Neste trabalho isto significa combinar a análise biográfica com informações quantitativas, usando-as como balizas que disciplinam as interpretações de uma trajetória biográfica singular, como a trajetória de exclusão social de um trabalhador rural.

Enfim, metodologicamente, pretendemos exercitar a conciliação destas perspectivas metodológicas distintas. Por um lado acreditamos na idéia weberiana de que conexões causais (como as que podem ser apresentadas por modelos estatísticos de co-variação), quando não acompanhadas da apresentação do sentido subjetivo enlaçado às mesmas pelos sujeitos sociais aos quais estas informações dizem respeito, assemelham-se a um dicionário para um poeta. Por outro lado,

partilhamos da desconfiança metodológica que historicamente assola pesquisadores sociais em relação às precauções no uso de metodologias qualitativas: concordamos que uma pesquisa que reivindica cientificidade necessita sujeitar-se a certos preceitos como, por exemplo, o da relativa replicabilidade. Isto significa reconhecer que não podem ser chamadas de conclusões científicas aquelas que mudam a cada mudança do cientista observador. Seria o mesmo que uma substância produzir ora um ora outro efeito numa cobaia, dependendo do cientista que a administra.

Este é um duro teste para o nosso relato biográfico. Sabemos que não existem garantias de que, independente do coletor desta narrativa biográfica, o resultado seria o mesmo. Muito pelo contrário, acreditamos que um novo relato, colhido por outro pesquisador (e até pelo mesmo), seria muito diferente deste numa série de sentidos. Mas independente do pesquisador e das diferentes possíveis versões da biografia narrada, as mesmas perguntas seriam pertinentes a cada uma delas: em que medida a narrativa biográfica pode ser considerada típica? Ou seja, será que ela seria capaz de esclarecer mais do que o universo vivido por um sujeito particular?

Esta resposta é importante por que a generalização das conclusões é outro princípio muito caro à ciência. Embora limitados pelas características do conhecimento nas ciências humanas, que inviabilizam a repetição controlada dos fenômenos estudados (jamais poderíamos simular em laboratório uma trajetória social como a analisada), defendemos que esta narrativa biográfica pode ser considerada representativa de situações mais amplas do que a vida dos protagonistas da saga relatada. Isto por que as informações de pesquisa oriundas de outras fontes e de métodos quantitativos, produzidas para este estudo, permitem sugerir a existência de milhares de possíveis protagonistas para narrativas biográficas como esta. Assim na condição de típico, este relato biográfico assume em alguma medida a condição de generalizável. Não para todas as cobaias, como pretendem as experiências controladas em laboratório, mas, pelo menos, para muitos que viveram as transformações verificadas no oeste paranaense.

Por outro lado, assim como diferentes narrativas biográficas poderiam ser produzidas, também é possível imaginar que diferentes estatísticas poderiam ser apresentadas para fundamentar diferentes histórias sem, em momento nenhum, apresentar qualquer número falso. Sendo ainda mais duros com a suposta objetividade dos dados quantitativos poderíamos citar Earl Babbie quando afirma que, a rigor, "...cientistas nunca coletam dados, eles *criam dados*"⁴ (BABBIE, 2001, p. 181). Concordamos plenamente com esta suposição sendo levados, por consequência, a acreditar que, mesmo em relação aos "duros" dados quantitativos, sempre é possível imaginar e construir novas evidências que revelem novas facetas do que vai se chamar real: diferentes dados para diferentes histórias sobre o mesmo tema sem nunca deixar de ser estatisticamente significantes. Aqui, do mesmo modo

como defendemos a cientificidade dos recursos metodológicos qualitativos, nos precavemos desse “relativismo quantitativo” novamente com o argumento da história verossímil. É útil lembrar da clássica lição contra correlações estatísticas espúrias que aborda associação entre regiões com grande número de cegonhas e regiões com altos índices de partos. Ela nos ensina que independente da associação esta é uma história mal contada e que dificilmente se sustentará.

O recurso ao mix metodológico ‘quanti-quali’ neste trabalho visa justamente contar uma história bem contada. Se a trajetória social deste sujeito não é exatamente igual à de outros trabalhadores rurais que partilham os números das estatísticas que escolhemos para exibir, ela certamente é próxima das histórias de muitas outras famílias de trabalhadores rurais que viveram a badalada história do êxodo rural brasileiro. Conhecer a trajetória social da família Toledo e lê-la através de informações estatísticas nos ajudou a desenvolver uma percepção mais ampla (ou pelo menos mais viva) das transformações ocorridas no oeste paranaense, evitando assim, correlacionar cegonhas a nascimentos.

Cristalizam-se então, dois objetivos centrais neste trabalho. Como “esforço teórico”, pretendemos associar dados oriundos de diferentes abordagens evidenciando a importância deste procedimento para a compreensão de fenômenos sociais. Este desafio é significativo uma vez que: “Estabelecer relações entre esquemas discursivos de relatos biográficos e processos estruturais de determinação social continua sendo um exercício essencialmente virtual” (DUBAR, 1998, p. 8). Enquanto “análise empírica”, pretendemos analisar uma trajetória biográfica típica, a fim de compreender o processo de exclusão social de trabalhadores rurais no contexto regionalizado do oeste paranaense, entre meados da década de 1950 e o ano de 2005.

SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL

A noção de “exclusão social” se transformou num conceito tão corriqueiramente utilizado nas Ciências Sociais e outras áreas que, por designar quase tudo, não designa quase nada ou, na melhor das hipóteses, produz imagens turvas e sem precisão de significado. Essa situação inspirou a seguinte declaração do Comissariado Geral de Planejamento do Governo Francês (CGPGF): “A noção de exclusão social é saturada de significados, não-significados e contra-significados. Pode-se fazer qualquer coisa com o termo, já que ele exprime o ressentimento daqueles que não podem obter aquilo que reivindicam” (CGPGF *apud* DUPAS 1998, p. 122).

Diante desta situação, diversos autores têm-se esforçado para tornar mais refinado esse lugar-comum. Uma destas tentativas é a de Cristovam Buarque, para quem: “apartação é o sistema econômico onde os grupos sociais são tratados

segregadamente conforme a categoria econômica a que pertençam: incluídos ou excluídos da modernidade” (BUARQUE *apud* FONTES 1995 p. 100). Nessa definição aparece uma forte identificação entre a noção de “exclusão social” e a idéia de pobreza, o que ainda a deixa com um sentido muito geral. Do mesmo modo, a referência à idéia de injustiça, como muitas vezes é feita (GUIMARÃES et all, 2002), não contribui para a sua precisão. A generalidade com que é abordada a noção de exclusão é criticada por Virgínia Fontes:

O caráter da crueldade de tratamento entre as relações sociais não é suficiente para caracterizar exclusão: os escravos apesar de sua situação precária eram fundamentais para a reprodução do sistema. Os negros segregados pelo governo segregacionista sul-africano eram a principal fonte de mão-de-obra daquele país (FONTES, 1995, p. 100).

Ainda de acordo com a mesma autora e, apesar de ser uma tarefa inconclusa, um dos filtros utilizados nesse processo de depuração conceitual é associar a idéia de exclusão ao processo de trabalho: excluídos seriam os desempregados. Tomando-se esta questão na perspectiva marxista e, considerando o seu grande poder analítico com respeito à sociedade industrial moderna, perceber-se-á que os desempregados, no mundo do trabalho analisado por Karl Marx, estariam perfeitamente “incluídos” no modo de produção capitalista. Colocados na posição de “exército de reserva” desempenham uma importante função no modo de produção capitalista representando um desequilíbrio em uma sociedade regida pela lei da oferta e da procura. Assim, seriam fundamentais ao sistema na medida em que pressionam o valor do trabalho para baixo.

Diante de mais essa “reinclusão” dos “excluídos”, é necessária uma clivagem mais apurada. O processo de globalização da economia mundial talvez possa representar um fator de atualidade requerido pela noção de exclusão. Se isto for aceito como válido e, para dar um sentido mais preciso e contemporâneo à idéia de exclusão, é necessário remete-la ao fenômeno da globalização. É nesse processo que se pode encontrar uma caracterização mais específica, relacionada com a conjuntura econômica, para o fenômeno designado até então, genericamente, por “exclusão”. Segundo Dupas:

Na Europa a discussão sobre exclusão social apareceu na esteira do crescimento dos sem-teto da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente de desemprego de longo prazo e falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e das dificuldades que os jovens passaram para ingressar no mercado de trabalho. (...) As recentes transformações sócioeconômicas ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema

redirecionaram o foco das discussões sobre os problemas sociais (DUPAS, 1998, p.121).

Nesta concepção, tratam-se os excluídos como um contingente populacional que, de uma situação de integração no meio econômico, tornam-se obsoletos à produção, perdendo, conseqüentemente, renda e vindo a somar-se à pobreza já existente. A pobreza, assim, seria uma característica associada, porém não definidora da nova situação. Os excluídos então, segundo Singer, seriam novos pobres:

A 'nova pobreza' difere da antiga fundamentalmente por sua origem. Trata-se de pessoas que pertenciam à ampla classe média que se criara em função das conquistas dos anos dourados, e que perderam seus empregos para robôs ou para trabalhadores de países periféricos. E que não foram capazes de se reciclar profissionalmente e de se deslocar para as cidades em que novos postos de trabalho estavam surgindo (SINGER, 1996 p. II).

É nesta perspectiva que entendemos a situação da família Toledo: pessoas que por um período de suas vidas estiveram perfeitamente integradas nas relações de produção vigentes e que, não conseguindo acompanhar as mudanças ocorridas nestas relações, com o decorrer dos anos, passaram a figurar fora do modelo de relações de trabalho entendido como formal ou padrão. Como agravante, sequer conseguem ter expectativas (pelo menos os membros da família mais velhos) de um dia fazer parte do mesmo. Num primeiro momento estavam em perfeita sincronia com o modelo vigente. Noutro, estão fora do mecanismo hegemônico passando a sobreviver nas bordas do sistema.

Em resumo o que se está afirmando aqui é que a família Toledo, apesar de durante toda sua trajetória poder ser considerada pobre, viveu dois momentos distintos. Em seu primeiro período, na fase rural, embora não tivessem um emprego formal eles atuavam do mesmo modo como a grande maioria de trabalhadores rurais agregados. Ou seja, eles estavam completamente incluídos dentro dos padrões vigentes para as relações trabalhistas do setor rural de então. Isto fica demonstrado no fato de nunca a família ter tido dificuldade (pelo menos até meados dos anos 80, quando decidem migrar para a região urbana), para encontrar trabalho e sobreviver. É apenas na segunda fase, quando a modernização da produção atinge a agricultura que este modelo de atividade fica excluído das novas relações de produção. Na cidade, o Senhor Toledo e sua família encontram-se excluídos dos padrões vigentes. E, pelo menos para os membros mais velhos da família, não existe esperança de inclusão.

O CONTEXTO COMO PONTO DE PARTIDA DA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA

Os anos cinquenta, para muitos autores (MARTINE e GARCIA, 1987; SINGER, 1983 etc), marcaram um divisor de águas entre o Brasil predominantemente rural e o Brasil urbano. Em 1950 a população rural representava 63% da população brasileira, caindo para 44% em 1960. Este movimento demográfico se intensificou nas décadas seguintes, de sorte que somente na década de 1970, 15 milhões de pessoas abandonaram o meio rural para viver nas cidades (MARTINE, 1987, p. 63). No período de 50 anos, que cobre a trajetória biográfica da família Toledo, a população urbana brasileira cresceu mais de 1000%, passando de 12 para 130 milhões de habitantes. Este movimento demográfico é qualificado por Dupas, simplesmente como “um dos maiores processos de deslocamento populacional da história mundial” (DUPAS, 1998, p. 140).

O crescimento das cidades e da população urbana abriu um importante mercado para as atividades rurais no País. Estas transformações foram motivadas ainda por movimentos de internacionalização, modernização e racionalização da agricultura, catalisadas no conceito da “Revolução Verde”. Estes deslocamentos transformaram a terra num excelente negócio, tanto para exploração agrícola como para especulação. Entre 1961 e 1970, o preço da terra cresceu 130%, com a entrada de grandes capitais urbanos no meio rural, a partir de empresas como a Volkswagen, Jary Florestal e Phillip Morris.

Assim, enquanto a especulação fundiária limitou a fronteira agrícola, a modernização agro-industrial desenvolveu uma agricultura de alta tecnologia dependente de vultosos investimentos. Conseqüentemente houve uma sensível fragilização da pequena produção agrícola familiar, empurrando uma grande massa humana em direção às cidades. Segundo Martine:

Não há dúvidas de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução de força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo (MARTINE, 1987, p. 63).

Mas este processo não foi homogêneo e nem uniforme. Por exemplo, o Oeste do Paraná andou na contramão deste processo migratório que marcou o Brasil a partir de 1950. Enquanto a maioria das áreas rurais brasileiras se comportava como expulsora de mão de obra, o Oeste do Paraná representou uma alternativa para milhares de pequenos agricultores atingidos pela modernização nas regiões de colonização mais antigas. Enquanto nas regiões atingidas pela “Revolução Verde”

a agricultura iniciava um processo intenso de modernização, a Região Oeste do Paraná iniciava sua história recente (com a colonização das suas terras entre 1946 e 1960), com uma economia extrativa de madeira e uma policultura de subsistência familiar (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994). De acordo com Emer (1991), o tripé sobre o qual se baseava o sistema produtivo no período, era formado pela produção agropecuária dos colonos, pela exploração da madeira e pelos armazéns de secos e molhados, que forneciam produtos industrializados e intermediavam a comercialização dos excedentes produzidos pelos colonos.

Entre os anos de 1960 e de 1970, nos quais a região acolheu a família Toledo, a Região Oeste do Paraná recebeu 374.082 pessoas. A taxa decenal de migração foi de 0,838%, quase o dobro da região segunda colocada no Estado do Paraná (Campo Mourão). Neste período de referência, apenas a região do Distrito Federal recebeu mais migrantes que o Oeste Paranaense, considerado por isso como área de fortíssima atração.

Com o término do processo de colonização das terras, a partir da década de 1970, novas e profundas transformações alteraram rapidamente a sociedade do Oeste do Paraná.

Este processo foi altamente seletivo, em termos socioeconômicos e tecnológicos, e teve suas expressões mais visíveis na difusão da mecanização, no uso de insumos e equipamentos de origem industrial, na especialização da produção, na concentração da propriedade da terra, no êxodo rural e na acelerada urbanização (COLOGNESE 2004 p. 101).

Em termos produtivos na agricultura, as lavouras temporárias de soja e trigo passaram a ser as principais responsáveis pelo crescimento da produção e pelo desenvolvimento regional. A produção agrícola não resultava mais de uma policultura de subsistência, mas de uma produção especializada destinada ao mercado interno (trigo) e externo (soja). Estas transformações foram tão profundas que, nas décadas de 1970 e 1980, o Oeste se consolidou como a região que mais cultivou soja e trigo no Estado do Paraná.

Tais mudanças não afetaram apenas os produtos cultivados e os usos do solo, mas também produziram deslocamentos na estrutura fundiária da região. Na passagem entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma redução de 7.400 estabelecimentos rurais no oeste do Paraná, o que refletiu significativamente em termos da concentração fundiária e do êxodo rural. Além desses processos, a rápida urbanização e as transformações na economia regional também afetaram o comércio, determinando o gradativo desaparecimento dos antigos empórios e armazéns e sua substituição por um comércio mais especializado e diversificado quanto às áreas de atuação.

Mais recentemente, especialmente a partir da década de 1990, novos deslocamentos sociais têm conduzido a uma diversificação da base agropecuária regional e a uma busca de alternativas de agroindustrialização e de manutenção da competitividade (viabilidade) dos produtos e dos produtores no contexto globalizado. Neste processo de diversificação, além da soja e do trigo, as produções de milho e de mandioca também se tornaram importantes, enquanto as criações especializadas de aves de corte e de suínos (através de processos de integração com a agroindústria), de gado leiteiro e de peixes em cativeiro apresentam-se como importantes alternativas socioeconômicas.

No meio rural, estes deslocamentos levaram a uma sensível diminuição da população, dispensada pelos novos patamares tecnológicos exigidos na produção. Além disso, relativizaram a importância do saber fazer historicamente acumulado, imprimindo relações competitivas e pautadas em novos referenciais, cuja apropriação e desempenho deixaram de depender das trocas de experiências, da solidariedade e da ajuda mútua, características do período anterior. No meio urbano, representaram a complexificação das relações sociais e de produção, pela criação de um mercado de trabalho formal e a imposição de relações individualistas e competitivas nas mais diversas esferas da vida. A valorização imobiliária ocorrida neste ambiente representou ainda um eficiente processo seletivo na ocupação dos espaços urbanos, que conduziu a formação de bairros pobres e tipicamente populares nos arredores das cidades da região.

Este é o contexto regionalizado no qual se desenvolve a trajetória biográfica da família Toledo. A análise desenvolvida na seqüência procura demonstrar o processo de produção da exclusão social, através da biografia de uma família típica de trabalhadores rurais em seu percurso até a fixação na atividade de catadores de papel da cidade de Toledo.

OS PRIMEIROS PASSOS NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA TOLEDO

O senhor Toledo, atualmente com 62 anos, nasceu na cidade de Andradina, Noroeste do Estado de São Paulo em 1942. O protagonista desta trajetória nasceu pobre, filho de agricultores meeiros que, provavelmente, trabalhavam em terras de homens como o considerado fundador da cidade, Antônio Joaquim de Moura Andrade, considerado também o eterno "Rei do Gado"⁵. Não obstante a pobreza, a família inteira trabalhava integrada nas atividades de subsistência, protagonizando o modelo clássico de agricultura familiar. Integrados no processo, a aprendizagem técnica iniciou-se ainda na infância substituindo a educação formal "tanto pela dificuldade de ir até a escola, como pela necessidade de gente no trabalho". Assim com pouco mais de dez anos o Sr. Toledo já contribuía em uma série de atividades como trabalhar na lavoura, "mexer" com gado de corte e leite, enfim, cultivar uma

pequena agricultura e uma pecuária de subsistência. A integralidade de suas atividades junto à família levou o menino a crescer com a mesma escolaridade de seus pais: nenhuma.

Em 1957 a família do jovem Sr. Toledo fez uma tentativa de mudar sua posição na cadeia produtiva decidindo migrar e adquirir uma terra própria. A migração deu-se na procura de terras mais baratas uma vez que a cidade de Andradina, desde 1937 pertencia às raras (e, portanto valorizadas) regiões brasileiras integradas por via férrea (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) povoadas por pessoas de "(...) espírito empreendedor e (empenhados) pelo progresso agropecuário que elevou a cidade a centro regional" ⁶. O jovem Toledo tinha então 15 anos de idade e, segundo ele, apto a trabalhar em qualquer coisa numa fazenda.

A região escolhida foi no Estado do Paraná, mais precisamente a Cidade de Apucarana. Apucarana fica no centro norte do Paraná. Ganhou o estatuto de município em 1943 quando se desmembrou do município de Londrina. Londrina é uma cidade que teve seu início marcado pela imigração de paulistas, como a família Toledo, e mineiros, logo no início do século passado. Em 1922 o governo do Paraná iniciou um projeto de concessão de terras às companhias privadas de colonização. Assim, já em 1924 a Companhia de Terras do Norte do Paraná, subsidiária da Paraná *Plantations*, deu grande impulso ao desenvolvimento da região. Simultaneamente, uma missão inglesa orientou a aquisição de glebas de terras para implantação do cultivo, e de máquinas para o beneficiamento de algodão, com apoio do 'Brasil *Plantations Syndicate*'. Outros projetos de ocupação fundiária também foram desenvolvidos, de modo que, quando a família Toledo chegou à região de Apucarana, encontrou dificuldades de comprar um lote com terra suficiente para a família e voltou a trabalhar associada em fazendas maiores. Os Toledo então peregrinaram de fazenda a fazenda por dois anos, residindo "ora aqui ora ali". Sempre conseguiram uma fazenda aonde poderiam realizar o ofício que conheciam. A idéia de adquirir uma terra própria não havia ainda sido abandonada. Foi então que, com 17 anos de idade e apto para realizar qualquer atividade de seu ofício, após ouvir boatos sobre uma região de exploração recente e cheia de oportunidade, o senhor Toledo decidiu tentar a vida sozinho. Migrou para o extremo Oeste do Paraná levando os pertences "que cabiam numa mala" e a confiança em sua capacidade de trabalho. Era o ano de 1959.

A NOVA FAMÍLIA TOLEDO

O jovem Toledo chegou ao Oeste do Paraná, estabelecendo-se no município de Cascavel. Não tendo boa impressão do local avançou em direção ao município de Toledo. Aí logo conseguiu trabalho em fazendas no distrito de São Miguel fixando-se, por fim (por fim?) no distrito de Três Bocas.

Neste local conheceu uma jovem viúva, já com dois filhos. Namoro iniciado, o casamento seguiu-se rapidamente. Perguntados sobre “amor à primeira vista”, a resposta foi “necessidade”. É importante lembrar aqui que o ofício apreendido pelo senhor Toledo sempre foi baseado numa estrutura de divisão de trabalho familiar. Assim, o casamento multiplicou a capacidade de ganho e representou um grande progresso em termos de qualidade de vida.

O agora jovem senhor Toledo igualava-se a muitos outros migrantes que caracterizaram a primeira fase da colonização do Oeste do Paraná. Trabalhava como meeiro, mantinha uma pequena criação de animais e uma cultura agrícola de subsistência. Algum dinheiro vinha de empreitas para terceiros, visando o desmatamento e abertura de novas roças. Apesar de não haverem firmado qualquer espécie de contrato formal, esta era a regra neste período. A agora família Toledo estava rigorosamente dentro da normalidade das relações de trabalho no período em que sequer o País possuía alguma regulamentação trabalhista para o setor.

A família Toledo cresceu. Os filhos da esposa e os filhos do novo casal seguiram o modelo de formação dos pais: trabalho desde cedo e nenhuma escola. Incorporados ao trabalho na fazenda, liberavam o senhor Toledo para as empreitas. Nos finais de tarde e fins de semana, trabalhavam juntos em atividades de subsistência. Por vários anos esta foi à rotina do senhor Toledo e dos seus agora seis filhos. Em 1975 a fazenda mudou de proprietário e o senhor Toledo foi dispensado de seus serviços. Como este modelo de parceria estrutura-se eminentemente ligado a terra, a nova situação exigiu também que a família mudasse seu local de moradia.

Na época, segundo o depoimento colhido, já se falava em “indenizações”. No entanto na região, este procedimento absolutamente não era a regra. Segundo o relato “a família não tinha nem idéias de quais eram seus direitos”. Isso, no entanto, sequer foi cogitado, uma vez que “não se mexia no assunto, pois podia prejudicar o futuro”. Diante desta mudança, a idéia de comprar uma área de terra voltou a se fazer presente. No entanto, os recursos economizados eram ainda insuficientes. Somado a este inconveniente, a farta oferta de trabalho (para toda família), ainda dentro do modelo associado dependente, relegou estes planos para adiante.

Com “fama de trabalhadores”, o senhor Toledo e sua família não tardaram em encontrar trabalho e moradia em outra fazenda, localizada ainda no distrito de Três Bocas. Neste local os filhos tornaram-se adultos seguindo o modelo dos pais e avós: exímios trabalhadores rurais adaptados ao modelo produtivo centrado na agricultura familiar de subsistência sem nenhuma educação formal. O analfabetismo, porém, nunca impediu, segundo o depoimento, o desempenho do trabalho: “a leitura na roça fazia pouca falta”. E assim passaram-se mais onze anos.

Em 1985 a fazenda passou a ser administrada por uma nova geração de

proprietários: o genro. Embora ainda tenha permanecido num esquema familiar de administração, um novo modelo produtivo adaptado à agricultura centrada na mecanização foi adotado. A fazenda dedicou-se ao plantio em massa de trigo e soja. Esta nova estratégia conflitou com o sistema de parceria entre proprietários e núcleos familiares agregados. Isto porque a área de terra cedida ao cultivo familiar de subsistência estava sendo requisitada para ampliação das lavouras e os diversos braços da família oferecidos em troca deste usufruto não eram mais necessários. Nestas circunstâncias a família Toledo deixou a fazenda.

Desta vez houve uma indenização que fez o senhor Toledo pensar em retomar o antigo projeto de aquisição de uma área para a produção rural. Não obstante, uma outra consequência do novo modelo agrário foi a valorização fundiária o que inviabilizou a compra de uma área rural de tamanho suficiente (bem como implementos necessários) para manter a família. A decisão tomada então foi comprar um lote na cidade de Toledo, mais precisamente num bairro popular chamado Jardim Coopagro. A casa foi construída pela própria família, resquício de modelo de produtividade que havia mantido a família até então. Assim, em 1985 a família Toledo viveu o que muitas famílias de pequenos agricultores viveram na década de 1960 e 1970: o tão comentado êxodo rural.

A trajetória

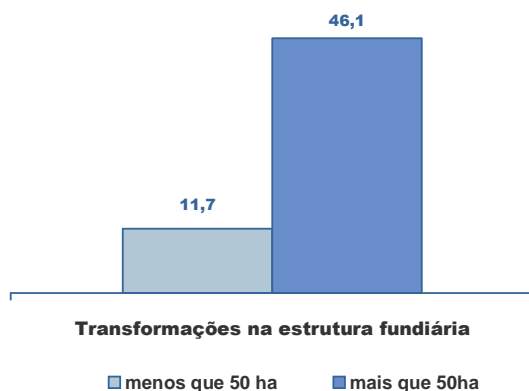


A FAMÍLIA TOLEDO NO CENÁRIO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA⁷

Conforme mencionado anteriormente, as décadas de 1970 e 1980 dão início a uma nova fase na produção agrícola do Oeste do Paraná. É a fase de formação e consolidação de uma economia agrícola de exportação. Caracterizada pela modernização, através da difusão da mecanização e do uso de insumos e equipamentos modernos, nela a produção não resultava mais da policultura de subsistência, mas da especialização na produção de soja e trigo. Embora destinadas a mercados diferentes, as novas culturas se afinavam com as perspectivas da moderna agricultura brasileira. Ambas “contaram com um conjunto de políticas de incentivo - créditos subsidiados, criação de infra-estrutura de produção e armazenamento, garantia de preços mínimos, incentivos na difusão de tecnologia - permanentes e intensos”. (CORADINI e RIEDL 1989, p. 12).

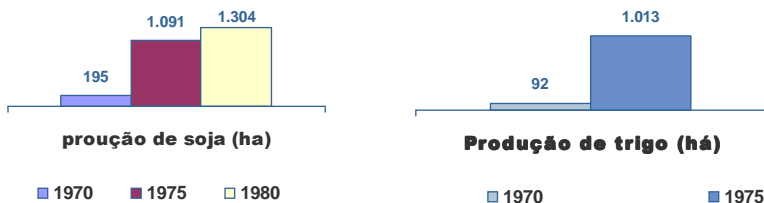
A introdução destas novas técnicas e cultivos levou os agricultores a assumirem novas estratégias produtivas. E estas estratégias pressupõem investimentos de alta monta. Diante das imposições deste novo cenário produtivo, os poucos recursos acumulados pelos Toledo com as empreitas, não foram suficientes para aderir à “nova onda na agricultura”. Assim, tanto os Toledo como milhares de outros pequenos agricultores, tiveram que repensar suas vidas.

Em 1975, quando a família Toledo saiu da fazenda onde estava instalada por dezesseis (16) anos, no distrito de Três Bocas, e pensou em adquirir um pequeno lote de terra (algo em torno de 10 hectares) não era o momento propício. No município de Toledo, estabelecimentos deste porte entraram em forte declínio, inviabilizados pelos custos do novo modelo produtivo. Tanto que, até 1985, ano que a família Toledo decidiu migrar para o meio urbano, as propriedades de até dez hectares tinham decrescido na ordem de 37,86%, enquanto houve um crescimento de 60.82% das propriedades acima de 100 hectares.



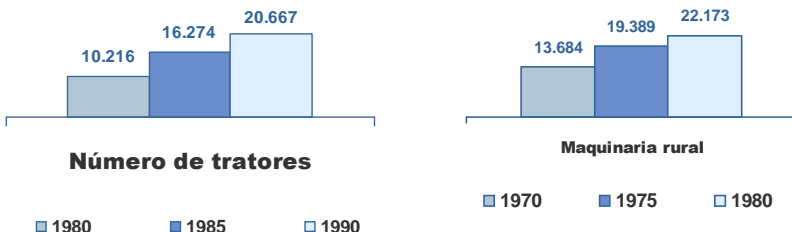
Fonte: (RIPPEL, 2004).

Nesta nova estrutura fundiária, entre 1970 e 1975, a área plantada com soja no Oeste do Paraná cresceu de 195.000 para 1.091.800 hectares, chegando a 1.304.561 hectares em 1980. Uma variação de 479,39% em apenas dez anos. Já a área de trigo nestes mesmos dez anos passou de 92.100 para 1.013.446 hectares. Um crescimento de 464,68% no período de 1970 a 1980.



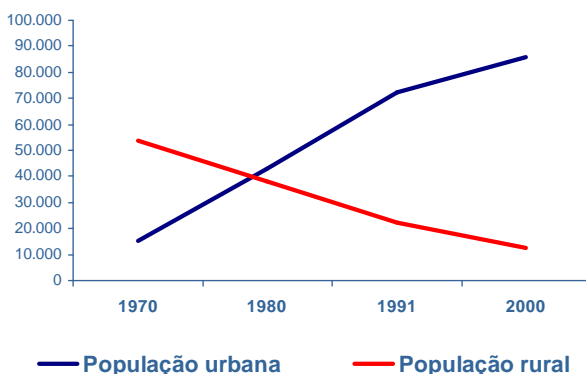
Fonte: (RIPPEL, 2004).

Apenas no ano de 1975 entraram no setor rural da Região, 13.684 arados de tração mecânica. Estes números chegaram a 21.761 arados em 1980. No mesmo período de 1975/80 os números de colheitadeiras cresceram de 5.968 para 9.063. Já o número de máquinas de plantio passou de 13.704 para 19.389 no período entre 1980/85.



Fonte: (RIPPEL, 2004).

Um estudo publicado na Colômbia em 1972 (ANIBERCOMBIE *apud* WOOD e CARVALHO, 1994) calculou que, em média, para cada trator que entra no campo, dezenove (19) trabalhadores são dispensados (notadamente nas fazendas entre 50 e 200 hectares). No Oeste do Paraná este processo se deu de forma semelhante. Entre 1970 e 1980 as migrações deixaram um saldo negativo de 117.047 pessoas. Na década seguinte mais 62.295 pessoas deixaram a Região. Boa parte destas 179.324 pessoas deixou o setor rural deslocando-se para o meio urbano. Assim, em 1970 a população rural do Oeste do Paraná correspondia a 80% do total. Em 1980 a população rural e urbana se igualava em 50%. Já em 1991 a população urbana do Oeste era de aproximadamente 71% e a rural de 29%.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

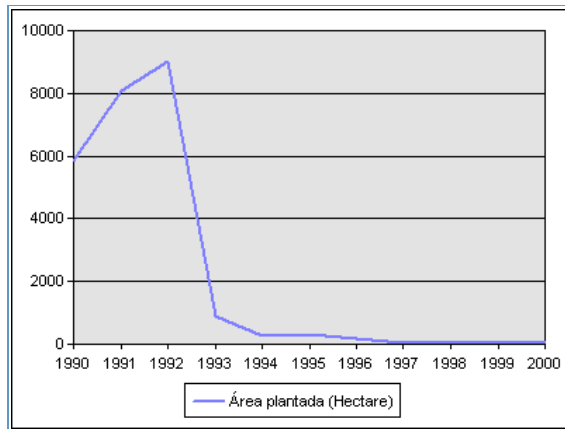
Nestes percentuais se inclui a família Toledo. Em 1985, depois de 26 anos de aventuras no pródigo setor rural do oeste paranaense, a família Toledo se mudou para a cidade de Toledo. O local foi um bairro popular chamado de Jardim Coopagro.

A FAMÍLIA TOLEDO SE AVENTURA NA CIDADE

A aventura da família Toledo na cidade começou com o seu estabelecimento no bairro jardim Coopagro, onde a própria família construiu a casa. Na bagagem, os Toledo trouxeram a pequena indenização (usada em parte na compra dos materiais de construção utilizados na casa); um amplo conhecimento e experiência sobre técnicas familiares de cultivo em pequenas propriedades; e o analfabetismo de todos os membros da família.

De acordo com as lembranças do senhor Toledo, no Jardim Coopagro, as coisas não melhoraram. Mesmo por que, embora residindo na cidade, às atividades de trabalho continuaram de certa forma sendo agrícolas. O senhor Toledo e todos os seus filhos se tornaram bóias frias em algumas plantações residuais de algodão ou em serviços de “capinação”. O trabalho era duro e esporádico, mas dava para ‘passar’.

Mas no início da década de 1990 o algodão deixou definitivamente de ser uma cultura atrativa na Região. Com isso, as oportunidades de trabalho como bóias-frias decresceram vertiginosamente, obrigando a família Toledo a reorientar suas energias e habilidades para tarefas urbanas. Neste processo, passaram a cavar poços, cortar árvores, limpar jardins, manter limpos lotes baldios, entre outros “biscates”. A atividade em lotes baldios abriu uma nova linha de atuação para as habilidades dos Toledo. Durante vários anos eles cultivaram estes terrenos, de onde extraíram parte da sua subsistência.



Fonte: IBGE, 2000 - Produção Agrícola Municipal

Este resquício do modo de produção que anteriormente sustentava a família, no entanto, não perdurou. O acelerado crescimento urbano da Região dificultou a continuidade deste novo empreendimento, pois com a expansão da cidade os lotes baldios foram ficando escassos. Com a produção em lotes baldios decaindo, o senhor Toledo, agora com 62 anos de idade, junto com os seus filhos analfabetos, tentou ingressar como empregado em “firmas”. No entanto com nenhuma experiência em ofícios que não fossem em lavouras de subsistência, sem tempo de trabalho comprovado em carteira e analfabeto, foi um esforço em vão, tanto para ele quanto para os seus filhos. A família, no entanto, não parava de crescer. Novos netos chegaram. A filha mais velha, grávida, se casou e se instalou numa “casinha”, improvisada no mesmo lote. Posteriormente, em 1995, agrega-se à família um cunhado do senhor Toledo, solteiro e (também) analfabeto. Construíram então um ‘puchado’ para abrigar o cunhado e tudo se resolveu.

Este novo agregado à família, já havia desistido alguns anos de procurar emprego em “firmas”, e se dedicava, desde então, à atividade de “catação de papel”. Sem outra opção de trabalho em 1995, toda a família Toledo entrou neste novo ramo de atividade. Nesta nova atividade algumas características da estratégia de manutenção anterior foram mantidas: a atividade continuou informal e familiar. Inclusive o “carrinho” utilizado para recolher material reciclável nas ruas foi confeccionado pela família.

A atividade de catar papel (‘lixo reciclável’), pelo menos para a família Toledo, funciona da seguinte maneira: o catador sai com o carrinho sozinho ou com mais uma pessoa sempre de manhã bem cedo, pois no ramo já há muita concorrência. Passa boa parte do dia garimpando por toda cidade. Espera o final da tarde, quando algumas lojas fecham e (às vezes) dispensam caixas de papelão. Recolhido o máximo de material possível, volta para casa e inicia o trabalho de

classificação e seleção do material coletado.

Nesta atividade o negócio é coletivo: mesmo quando percorre às ruas individualmente, é a família quem trabalha em conjunto. Assim, no caso da família em questão, a filha mais velha, agora com 47 anos, em geral não sai para catar papel (embora já o tenha feito). No entanto, acompanhada dos filhos que já voltaram da escola e da mãe, juntam-se aos demais membros da família na atividade de classificação do material coletado. Neste processo, parte do material mais valioso (em geral metal) é separada para pagar algumas contas. Quase todo o restante é levado às unidades de troca de um programa assistencial municipal chamado "Programa Lixo Útil-câmbio fixo" e trocado por cestas básicas: dele resultam em média quatro cestas básicas a cada mês.

A ATUALIDADE DE POBREZA DA FAMÍLIA TOLEDO

Depois que a família Toledo saiu do campo, a área plantada de soja e trigo sofreu uma diminuição relativa em todo Oeste do Paraná. Por outro lado, com o desenvolvimento da produção integrada de aves e suínos, a cultura do milho sofreu um significativo incremento. Da mesma forma a cultura da mandioca foi aumentada, a partir dos incentivos representados pela instalação de indústrias de fécula de mandioca na Região. As agroindústrias de carnes, a partir de processos de integração para a produção de aves, suínos e peixes, também multiplicaram suas dimensões. Por outro lado, novos ramos da indústria passaram a se desenvolver em Toledo, como pôr exemplo, a indústria farmacêutica, responsável pela geração de milhares de empregos na cidade. O processo de urbanização foi acompanhado ainda pela multiplicação das empresas na cidade de Toledo. Em 2001, foram contadas 4.826 empresas registradas, de diversas dimensões e nas várias áreas de atuação.

No mesmo ano de 2001 foram contados pelo IBGE, 98.200 habitantes no município. Destes 85.920 (87,48%) viviam na área urbana. Dos moradores urbanos da cidade, 4.703 residiam no Jardim Coopagro, local de habitação da família Toledo. Os moradores do Jardim Coopagro, em sua maioria (4.672) moram em casas ou apartamentos (como a família do Patriarca Toledo), 26 em domicílios improvisados (como a filha mais velha do senhor Toledo), e 5 em cômodos improvisados (como o cunhado do senhor Toledo).

O rendimento nominal médio para as pessoas acima de dez anos de idade na cidade de Toledo era, em 2001, de 582,58 reais (o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - calculado para o município era de 0,927). No Jardim Coopagro existiam 1.197 chefes de família, cujo rendimento médio era de R\$ 443,40 reais. Isto significa que a família Toledo estava situada abaixo da média de rendimento relativo da cidade. Em 2001 existiam em Toledo 5.515 pessoas sem instrução ou analfabetas. No bairro Jardim Coopagro existiam 120 indivíduos com

um ano ou menos de instrução. Entre eles, conforme já indicado, estão os adultos da família Toledo.

Mas a família Toledo pode ser considerada urbanizada na atualidade. Apesar de insistir no cultivo de uma horta no pequeno espaço que sobra entre montes de papelão e outros materiais coletados, pode-se dizer que os Toledo são urbanos. É claro que é difícil ser plenamente 'urbano', quando a trajetória biográfica é marcada pelo 'rural', notadamente numa região eminentemente agrícola. Alheios a estas querelas intelectuais, a família Toledo segue sua vida, "às vezes melhor, às vezes pior". A pequena casa, agora já com vinte anos, segundo o senhor Toledo, esta "caindo aos pedaços" e precisa de reformas. Enquanto as melhorias definitivas não vêm (e talvez nunca venham, como não veio à pintura e o reboco), a casa vai sendo "escorada". O senhor Toledo aguarda um prometido auxílio da prefeitura, através do Centro Social Urbano e, segundo dizem (já há tempo), haverá no local a construção de "uma nova unidade habitacional".

Mais recentemente, três filhos do senhor Toledo saíram do núcleo e foram constituir família fora. O clã hoje conta com doze membros morando no mesmo lote. Na residência principal são sete: o senhor Toledo e esposa, duas das três filhas do casal, dois netos e um bisneto (filho de uma das filhas, "mãe solteira", que permaneceu morando com os pais). Na segunda casa, improvisada para a filha mais velha, moram ela, o marido e os dois filhos mais novos. O cunhado continua morando no 'puxado'.

O consumo familiar centra-se nos gêneros de primeira necessidade. A alimentação é prioridade, seguida pelos gastos com remédios, água, luz e gás. Os quesitos como vestuário e móveis são providos, na grande maioria das vezes, por doações ou "achados" durante o exercício do ofício. A principal fonte de renda monetária da família é a aposentadoria "por idade" do senhor Toledo. A renda total do clã fica em torno de R\$ 350,00 por mês (um pouco menos de 10 dólares per capita). A filha mais velha é ainda beneficiada pelo programa "Bolsa Família", do Governo Federal, com R\$ 80,00 mensais.

Das pessoas adultas residentes no mesmo lote, quase todos são analfabetos: o senhor e a senhora Toledo, suas três filhas, o genro e o cunhado. Dois dos netos já atingiram a maioridade e sabem ler. Apesar disso, ainda não conseguiram o primeiro emprego formal. Dois outros netos com 12 e 15 anos, além da escola, freqüentam o Centro Comunitário e Social Dorcas. Aí recebem alimentação (o principal motivo de continuarem freqüentando o centro, segundo os meninos) e aprendem "ofícios" como bordar, pintar, tocar instrumentos musicais e lutar capoeira. Atividades que ninguém na família sabe se ajudarão os Toledo a conquistar um documento que até agora nunca tiveram: a "carteira assinada". Enquanto estas respostas não aparecem, como afirma o senhor Toledo, o jeito é ir "levando a vida assim mesmo". De exclusão em exclusão, sempre resta à esperança de que um dia

“alguém olhe pela gente”.

A FAMÍLIA TOLEDO COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

As conclusões deste texto já estão espalhadas por suas páginas. Para finalizar, basta mencionar que reconhecemos que o trabalho de operacionalizar conceitos é uma tarefa dura, impossível de ser feita sem reducionismos. Apesar disso, acreditamos ter retratado, pelo prisma da obsolescência da pequena agricultura de subsistência e pela substituição do trabalho humano por trabalho mecânico, a transformação de uma família de “pobres” em “novos pobres”. O fim dos trabalhos como bóias frias marcou também o fim de uma tecnologia produtiva adquirida e utilizada por gerações e gerações. O trabalho definitivo em “biscates” e a posterior atividade de “catação de papel” marcam a desistência de ingresso no mercado formal de trabalho. Os Toledo entram assim, de acordo com a concepção assumida neste texto, na categoria dos “excluídos” (apesar dos grandes riscos que esta operacionalização incorre - o que já foi dito e repetido).

Metodologicamente, a abordagem desenvolvida atesta a pertinência da combinação do método biográfico com outras técnicas de busca de informações de pesquisa para o entendimento da exclusão social em sua dinâmica e em suas múltiplas dimensões. A combinação de indicadores quantitativos e qualitativos possibilitou a realização de um exercício metodológico que viabilizou a leitura de indicadores através de uma trajetória biográfica e interpretar uma trajetória através de indicadores quantitativos e qualitativos.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no Seminário sobre Mix de Métodos, na Universidade do Texas – UT/EUA, em 2005, e no “STI6 – Metrôpoles: segmentação, sociabilidade e cidadania”, do XXVIII Encontro Anual da Anpocs, 2004. Uma versão deste texto foi aceita como apresentação no II Encontro Latino Americano de Metodologia em Ciências Sociais (II ELMCS, Universidade de sonora, México, 2010).

² Doutor em Sociologia pela UFRGS e docente da Unioeste/ campus de Toledo – PR. Email: azevedo-pr@uol.com.br.

³ Doutor em Sociologia pela UFRGS e docente da Unioeste/ campus de Toledo – PR. E-mail: silviocolognese@ibest.com.br.

⁴ Bacharel em Ciências Sociais, UNIOESTE.

⁵ Grifo do autor.

Usando mix de métodos para avaliar uma trajetória de exclusão no oeste do Paraná

⁶ Esta alcunha é atribuída pela própria tradição da cidade e encontra-se veiculada no site oficial da cidade de Andradina.

⁷ Este fragmento também é retirado do site oficial.

⁸ As informações estatísticas contidas neste ponto e em pontos subsequentes são providas do IBGE censos de 1970, 1980, 1990 e 2000. As informações foram organizadas e compiladas em Rippel (2004).

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2000** - Resultados do universo, CDroom Brasil, município de Londrina. Paraná. Disponível em: <http://home.londrina.pr.gov.br/> Acesso em 2004.

BRASIL. IBGE. **Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 2004.

BRASIL. **Município de Andradina**. SP. Disponível em: <http://www.andradina.sp.gov.br/acidade.html>. Acesso em 2004.

COLOGNESE, S.A. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo/Milão: Itália Nuova, 2004.

COLOGNESE, S.A. e SCHALLENBERGER, E. **Identidade e Migrações: o modo de ser evangélico luterano no oeste do Paraná**. Toledo: EdT, 1994.

CORADINI, O. I.; RIEDL M. **Produção familiar, tecnologia e produção de soja**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1989.

COULON, Alain, *Etnometodologia*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: **Educação e Sociedade**. V.19, n.62, Campinas, abril de 1998.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. Estudos Avançados, 12 (34), 1998.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. FGV. 1991.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A; FINGER, M. (orgs). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa, Ministério da Saúde, 1988. Pp.17-34.

FONTES, C. **Métodos biográficos**. In: <http://educar.no.sapo.pt/biograficos.htm>. Acesso em 2007.

FONTES, Virgínia. Sobre a exclusão: alguns desafios contemporâneos. **Cad. CRH.**, Salvador, n23. Jul/dez. 1995.

JOSSO, M.C. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. **In: Educação e Pesquisa**. V.25, n.2, São Paulo, jul/dez. 1999.

MARTINE, Jorge; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Org. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

RIPPEL, Ricardo. **Relatório de anual de pesquisa**: migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná, uma análise de 1950 a 2000. Unioeste Campus de Toledo, 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Desemprego e exclusão social. **In: São Paulo em Perspectiva** v. 10 n.1 – jan/mar., 1996. Fundação SEADE.

WOOD, C & CARVALHO, J.R.M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, Sevic, PNDE/27, 1994.

Artigo recebido para publicação em 18 de abril de 2011.